

SINDICALISMO E RELAÇÕES INDUSTRIAIS EM PORTUGAL

ALAN D. STOLEROFF*

O interesse do caso português para a sociologia das relações industriais consiste sobretudo nas suas qualidades *comparativas*¹. Esta afirmação tornar-se-á evidente quando examinarmos a evolução do sindicalismo em Portugal à luz dum modelo paradigmático.

Extrapolando a partir das tendências sociais mais notáveis da evolução do capitalismo moderno nos países do centro, sobretudo após a segunda guerra mundial, a sociologia política construiu uma teoria da institucionalização dos conflitos de classe, baseando-se num modelo do comportamento operário e sindical correspondente às exigências do processo da industrialização. Apesar das muitas críticas feitas ao determinismo desta perspectiva, existe um certo consenso na sociologia política quanto às consequências desse comportamento para as relações industriais. Para uns, uma diversificação da estrutura social (com crescimento das classes médias) que surge com o desenvolvimento industrial e capitalista é central à subsequente evolução das orientações operárias. Para outros, esta evolução é orgânica à posição da classe operária no capitalismo e ao efeito da acumulação de poderes institucionais através das lutas sindicais. Giddens exprimiu bem a segunda posição quando escreveu²:

A separação de conflitos industriais e políticos — uma vez que a incorporação da classe operária tem avançado consideravelmente — é meramente sintomática do carácter genérico da sociedade capitalista, que pressupõe a separação fundamental entre a economia e a política. Embora influenciada por formas específicas da estruturação da classe operária, a «consciência de classe» é, num certo sentido, inerente ao ponto de vista do operário na sociedade capitalista; a «consciência revolucionária» não é.

* Docente do ISCTE / Investigador do CIES.

A implicação destas perspectivas é que a institucionalização é uma questão de desenvolvimento ou dum ciclo no amadurecimento do movimento operário.

Estas perspectivas têm em comum, sobretudo, uma apreciação semelhante da redução das relações agrárias tradicionais. Em grande parte estes autores situam a consciência revolucionária operária na transição entre culturas rurais e industriais-capitalistas. Várias investigações salientaram o facto dos partidos revolucionários, sobretudo os anarquistas e os comunistas, terem sido fenómenos mais duradouros nos países da Europa do sul, precisamente por causa das transformações tardias das relações sociais no campo e a rápida inserção no capitalismo de um novo proletariado.

Este texto assenta na observação de que em Portugal os comportamentos dos actores industriais não se enquadram no padrão que a sociologia política geralmente associa ao desenvolvimento industrial. Em primeiro lugar, apesar da industrialização, da urbanização e da democratização, a central sindical maioritária continua a advogar um *sindicalismo de classe*, radicalmente anticapitalista e ideológica e organizacionalmente próxima do Partido Comunista, enquanto que a central minoritária se mantém dedicada a uma estratégia reformista e neo-corporativista. Portanto, o sindicalismo português é um sindicalismo *politizado*, orientado para a intervenção do Estado, e até dependente dele.

O ponto de partida desta análise encara historicamente o sindicalismo português como sendo nele predominante as formas políticas de acção. Segundo a perspectiva de Adolf Sturmthal, a análise das formas de acção sindical deveria concentrar-se nos factores que determinam a importância dos objectivos e métodos «económicos» ou «políticos» de acção pelo movimento operário em diferentes circunstâncias. Acrescenta-se à dicotomia de Sturmthal o problema do relacionamento entre os sindicatos e os partidos políticos. Além disso, prefiro analisar os métodos de acção sindical em termos do seu *locus* de acção, isto é, em termos do alvo institucional das suas reivindicações, porque, frequentemente, na acção sindical é difícil distinguir os objectivos «económicos» (aqueles que pretendem ter um efeito sobre o mercado do trabalho) dos objectivos «políticos» (aqueles estreitamente em apoio aos projectos de governação dos partidos). Portanto, falar-se-á preferencialmente de formas mais «políticas» e formas mais «industriais» de acção. A acção política é dirigida ao Estado, enquanto que a acção industrial é dirigida à empresa e ao patronato. Todavia, em contraste com a metodologia de Sturmthal, na procura das raízes da politização do sindicalismo português não privilegiei os factores de longo prazo associados ao mercado do trabalho, mas antes a articulação mais recente das relações industriais com o sistema político. Isto não implica uma rejeição da metodologia «materialista» a favor de uma abordagem que procure explicar os comportamentos na base de fenómenos «superestruturais». Contudo, parece razoável, a hipótese de que a forma revolucionária da transição do corporativismo autoritário, para a democracia — a «ruptura por

golpe» nas palavras de Juan Linz — teve um papel determinante na politização prolongada do sindicalismo português.

Em Portugal temos a possibilidade de observar a formação dum novo sistema de relações industriais face à influência dum modelo associado aos países do centro do sistema capitalista. Em Portugal, este modelo — que considero paradigmático dos sistemas de relações industriais — tem sido posto em causa por uma perspectiva de *incerteza* económica e institucional a longo prazo apesar do contexto de afinidade cultural. Deste modo é possível apreender os efeitos culturais e políticos sobre a formação do sistema de relações industriais na medida em que a tendência económica e a situação política são consideradas como variáveis independentes. A associação sindical livre, que aliás é considerada um elemento essencial do modelo paradigmático, surgiu comparativamente muito tarde em Portugal, no momento em que o país entrava num novo espaço económico internacional cuja própria reestruturação foi marcada pela crise do capitalismo. Por isso, as relações industriais não beneficiaram do efeito expansivo do crescimento económico. A questão aqui consiste em saber se apesar da crise económica a democratização conduzirá a uma transformação das relações industriais no sentido apontado pelo modelo paradigmático da institucionalização.

Embora este texto não pretenda tratar duma investigação do desenvolvimento capitalista em Portugal, é de notar a complexidade do processo da modernização em Portugal com repercussões a nível do mercado do trabalho, da população agrícola, e do próprio crescimento do emprego industrial. Por exemplo, Reis³ apresenta as contradições e implicações das situações de pluriactividade na agricultura e na actividade feminina. Ao demonstrar a importância da população recentemente saída do campo para a Alfama, Costa⁴ indica as possibilidades da manutenção de culturas rurais em situações aparentemente urbanas que podem constituir um elemento importante da consciência do proletariado industrial. Vamos encontrar certas surpresas mesmo quando encaramos questões ligadas à crise e ao emprego. Na sua análise da estrutura do emprego em Portugal, após 1974, Mil-Homens⁵ salienta a capacidade da economia produzir emprego apesar da conjuntura de crise. Estes exemplos são só uma indicação das contradições do crescimento económico e da dificuldade de propor uma relação unilinear ou mecanicista entre a modernização e as relações industriais. Portanto, as dúvidas surgidas em relação à sociologia política do desenvolvimento devem acautelar-se contra a aplicação fácil da teoria das relações industriais ao caso português.

Embora exista um conjunto bem elaborado de regras laborais, a institucionalização das relações industriais em Portugal desenvolveu-se apenas em termos altamente formalistas⁵ e legalistas. O facto de cada quatro em cinco trabalhadores serem abrangidos por Contratos Colectivos de Trabalho (CTT)⁶ não significa que os CCT sejam aplicados ou favoráveis aos assalariados. Basta-nos observar situações de trabalho juvenil, de salários em

atraso ou de sectores onde o salário mínimo não chega ao salário mínimo nacional. Portanto, o conceito de institucionalização das relações industriais a ser aplicado neste texto implica uma modificação *qualitativa* nas relações entre os actores industriais e não se limitará ao cumprimento das regras e dos prazos formais e legais da negociação colectiva (isto é, o aspecto extensivo, da institucionalização). Em Portugal a institucionalização das relações industriais tem-se desenvolvido no sentido extensivo, prejudicando o sentido qualitativo, questionando o próprio conceito dum *sistema* de relações industriais.

O objectivo deste artigo é de propor algumas hipóteses de explicação da «anomalia» do caso português. Tentarei explorar algumas razões da falta de desenvolvimento de sistemas institucionalizados de relações industriais nas empresas e nas organizações portuguesas. O «subdesenvolvimento» relativo da estrutura económica e social não explica suficientemente o carácter *sui generis* das relações industriais em Portugal. Por um lado salientar-se-á a importância da incerteza *política* bem como a económica. Por outro, a forma da politização do sindicalismo, isto é, a sua instrumentalização partidária, sendo em parte resposta estratégica à incerteza, é vista como um impedimento à emergência dum sistema de relações industriais correspondente ao modelo⁷.

Não é minha intenção chegar a conclusões sobre o funcionamento dum sistema de relações industriais em Portugal mas antes propor algumas pistas para investigações subseqüentes mais sistemáticas no campo das relações industriais. De qualquer modo, a rápida mudança nas relações sociais entre o capital e o trabalho, sobretudo dada a provável «revolução» que a integração na CEE vai inciar nesta área, não nos permite abordar a institucionalização das relações industriais em Portugal como um processo acabado. Estamos a assistir ao nascimento dum sistema. A entrada da CGTP-IN no Conselho Permanente da Concertação Social é um exemplo de como as pressões da «Europeização» podem reduzir a influência da politização ideológica, dirigindo através dum novo pragmatismo a práticas cheias de potencialidades para a institucionalização das relações industriais — pelo menos ao nível central. Este exemplo levanta a questão de saber se em Portugal, ao contrário do processo de compromisso de classe e de fortalecimento do sindicalismo que produziu o modelo paradigmático nos países mais desenvolvidos, a institucionalização das relações industriais será eventualmente o resultado da pressão depressiva e negativa da reestruturação económica e do enfraquecimento do sindicalismo. Por isso, a análise aplica-se apenas ao período entre o «Marcelismo» e 1986, ano em que a CGTP-IN admite no seu 5.º Congresso a necessidade de encarar «novas realidades». Quanto à institucionalização das relações nos locais de trabalho será preciso investigar a existência de fenómenos com efeitos equivalentes às pressões que estão a influenciar as centrais sindicais. A competição entre sindicatos numa situação de grande reestruturação económica poderá servir de exemplo.

O MODELO DOMINANTE DAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS

Na América do Norte e na Europa Ocidental, no período de pós-guerra de crescimento económico, surgiu o modelo *paradigmático* dos sistemas de relações industriais. É geralmente aceite que a institucionalização dos conflitos de trabalho e a sua autonomização das lutas sociais-políticas de classe constituam a base social prévia e necessária do modelo. Ralf Dahrendorf chamou a este fenómeno «o isolamento institucional dos conflitos políticos e industriais»⁸ e na base desta constatação avançou uma nova análise das classes sociais do pós-capitalismo. Consequentemente, os conflitos industriais foram cada vez mais apreciados em termos da sua funcionalidade⁹. A própria greve transformou-se numa forma de mobilização da luta social-política num elemento tático na prova de posições de força na negociação de reivindicações industriais delimitadas. A par destas tendências os sindicatos viram-se também institucionalizados e tornaram-se, segundo a terminologia de S. M. Lipset, «organizações intermediárias», entre a classe operária e a democracia¹⁰.

Na base dum prognóstico muito favorável para o desenvolvimento do capitalismo, a perspectiva sociológica dominante até o fim dos anos 60 e começo da crise económica foi de que o crescimento económico e a democratização resultariam na despolitização ou pelo menos na desradicalização do sindicalismo e a sua integração em sistemas de relações industriais. As consequências políticas da burocratização organizacional (tão bem analisadas por Michels já no princípio do século para o caso da social-democracia alemã) e a complacência face ao capitalismo foram levadas à sua conclusão lógica. Considerou-se também geralmente que a base operária se tinha conciliado com a sociedade de consumo emergente do Keynesianismo e que a sua cultura de contestação ao capitalismo se tinha dissipado. Esta tendência foi mais acentuada no sindicalismo americano que no europeu, que ficou maioritariamente social-democrata ou reformista, tendência que pode explicar a maior politização do sindicalismo europeu e a sua maior tendência para se integrar em órgãos neocorporativistas¹¹. O «pleno emprego» e o «*welfare state*» aperfeiçoaram a integração da classe operária no capitalismo, proporcionando-lhe uma base mínima de segurança quer socialmente, quer no mercado de trabalho. De qualquer modo, nesta perspectiva sociológica é explícita a identificação dos processos da institucionalização das relações industriais com o desenvolvimento da democracia política, do crescimento económico e da despolarização da estrutura social. A democracia permitiu a expressão de reivindicações e encorajou a participação. O crescimento permitiu a satisfação de aspirações económicas bem como a inclusão do consumo de massas no ciclo da expansão do capital. Com o crescimento do terciário, o aparecimento de novas camadas sociais, das classes «médias» e dos «colarinhos brancos», sucedeu-se a difusão e a dispersão da unidade de interesses da própria classe operária¹².

Além da institucionalização dos conflitos sociais e da representativi-

dade sindical¹³, institucionalizaram-se as relações entre o *management* e os sindicatos ao nível sectorial e empresarial; elaboraram-se a vários níveis de intervenção conjuntos de regras para regular os próprios processos de negociação e para determinar a aplicação dos instrumentos obtidos através da negociação. Com esta evolução chegou-se ao conhecimento da existência de sistemas de relações industriais constituídos por um conjunto de actores (os gestores, os trabalhadores e as suas associações representativas e os organismos públicos correspondentes), uma teia de regras e uma ideologia partilhada pelos actores¹⁴. O modelo — caracterizado sobretudo pela negociação colectiva (*collective bargaining*) e por várias formas de pluralismo ou de corporatismo liberal¹⁵ — implantou-se na generalidade dos países industriais desenvolvidos, constituindo um suporte institucional fundamental do modo de acumulação denominado *fordismo*¹⁶. O produto deste modelo é frequentemente identificado com a troca de aumentos salariais por maior produtividade, mas o elemento comum aos vários casos nacionais é um comportamento estratégico virado para a negociação das condições de emprego como fim autónomo¹⁷.

O modelo tornou-se norma para os países em vias de desenvolvimento — pelo menos em termos ideológicos — face ao qual é muito difícil produzir orientações originais, sobretudo quando as organizações internacionais financeiras e laborais exercem pressões para persuadir os principiantes do valor do modelo¹⁸. A constatação da divergência de formas institucionais, apesar da crítica sociológica à teoria da convergência das sociedades industriais, limita-se à realização de funções semelhantes oriundas de orientações industriais. De facto, há uma certa convergência entre os diversos casos em termos dos objectivos procurados pela acção sindical. Mesmo quando os sindicatos se vêem impulsionados por diferentes vias institucionais para a extensão da sua actividade ao sistema político — actualmente um fenómeno geral — os objectivos envolvem uma definição bastante restrita no âmbito desta acção — isto é, às condições de trabalho e de emprego¹⁹.

O CONTEXTO PORTUGUÊS: A INCERTEZA ECONÓMICA E INSTITUCIONAL

Enquanto que nas sociedades industriais avançadas, isto é, nos países «modelos», as políticas de relações industriais surgiram num contexto de crescimento económico, proporcionando por sua vez alguma estabilidade nas expectativas mútuas dos adversários económicos, no caso português o contexto económico caracteriza-se pela incerteza²⁰. A incerteza manifestou-se de várias formas nas relações industriais conforme as condições conjunturais. Mário Murteira, por exemplo, trata o período coberto por esta análise na sua integralidade em termos da periferização e da crescente dependência externa do capitalismo português. Boaventura de Sousa Santos

salienta no contexto do estatuto da semiperiferia da formação social portuguesa a desarticulação interna entre a produção capitalista e a reprodução social²¹. A periodização que segue tenta descrever o ambiente estruturador das relações industriais com base numa articulação de variáveis, ambas económicas e políticas. Os períodos são aproximativos, como não se pretende que os acontecimentos ou as tendências que os enquadram tenham efeitos imediatamente identificáveis nas relações industriais²².

1) 1968-1974. Destacam-se as condições instáveis no período Marcelista, resultantes do crescimento industrial e económico e da maior abertura da economia ao capital estrangeiro, das reformas difíceis do sistema corporativo e das guerras coloniais. Destacam-se as tentativas de grupos capitalistas importantes, como a CUF, de aplicarem uma estratégia mais «fordista» de modernização económica, aceitando, ou mesmo encorajando, a presença de sindicatos como parceiros capazes de organizar e disciplinar os trabalhadores²³. Contudo, os sindicatos ficaram sob o controlo do Estado através do Ministério das Corporações e agiram dentro de limitações severas. Na ausência da democracia política básica, os sindicatos e, portanto, as relações industriais em geral, foram absorvidos pela luta política. Uma grande parte desta luta envolveu reivindicações para a negociação colectiva e a eficácia sindical. Porém, o regime não tinha uma perspectiva certa ou consciente para enfrentar a situação. Na sua «primavera», publicou novas leis que, em primeiro lugar, substituíram a homologação ministerial dos corpos gerentes sindicais eleitos pela mera verificação prévia da qualificação dos candidatos, isto é, pela verificação da ausência dum cadastro político, e, em segundo lugar, estabeleceu prazos obrigatórios para a contratação colectiva. A seguir à publicação destes decretos, o regime recuou, retirou e reprimiu, até que «rebentou» por causa das suas várias contradições. Portanto, é necessário ter em conta as pressões sistemáticas que influenciaram as relações industriais. Por exemplo, as guerras coloniais aceleraram a inflação, que juntamente com a emigração, privaram Portugal de mão-de-obra e de outros importantes recursos²⁴.

2) 1974-1975. A extrema incerteza das condições da crise revolucionária traz a desintegração institucional. O capital e a classe operária encontraram-se em posições verdadeiramente antagónicas²⁵. Um aspecto importante da desintegração institucional foi o vácuo temporário sobre a regulamentação das relações do trabalho e do direito de trabalho. Por exemplo, em relação à greve, não existia uma regulação entre o 25 de Abril de 1974 e o 27 de Agosto de 1974, quando a primeira lei de greve e de *lock-out* (D.-L. n.º 392/74) foi promulgada²⁶. Além disso, a lei foi

ineficaz. As primeiras normas quanto à negociação colectiva foram publicadas apenas em Junho de 1975²⁷. As relações de poder não eram claras nem nas empresas nem no Estado. Saneamentos políticos de administradores e de gestores eram frequentes, constituindo uma ameaça bastante séria para outros e pondo em causa a sua autoridade nas relações quotidianas de produção. Os papéis específicos das novas formas de organização operária (sindicatos livres, comissões de trabalhadores, partidos políticos, assembleias gerais menos estruturadas, etc.) confundiram-se nas empresas, e as suas funções foram geralmente mais determinadas pelas estratégias políticas das suas forças dirigentes que pela lógica da estrutura da empresa ou da negociação²⁸. No fim deste período as relações laborais estavam de tal maneira caóticas que a seguir ao 25 de Novembro a negociação colectiva foi suspensa durante vários meses. Um resultado importante deste período foi o aumento significativo dos salários reais. No 1.º de Maio de 1974 o primeiro salário mínimo nacional foi estabelecido em 3300\$ por mês, e embora beneficiasse 49% dos assalariados, ainda ficou a um nível modesto em relação às necessidades básicas²⁹. De importância particular foram as políticas voluntarísticas do Governo a favor da classe operária, culminando na Reforma Agrária e nas vastas nacionalizações — a seguir o 11 de Março de 1975.

3) 1976-1979. Em termos económicos, o período distingue-se pelas tensões estruturais da transição para um lugar modificado na divisão internacional do trabalho (dada a perda das colónias africanas e a abertura da economia) com as novas restrições das mudanças nas relações do trabalho. Factores que complicaram ainda mais o mercado do trabalho foram o regresso da população colonial e a diminuição da emigração. A incerteza continuou quanto ao percurso do processo revolucionário, implicando a recuperação do capital e o entrincheiramento do movimento operário³⁰. Todavia, a vaga revolucionária tinha definitivamente acalmado. A Constituição foi ratificada. O direito do trabalho foi finalmente institucionalizado (D.-L. n.º 164-A/76). Neste período o primeiro tecto salarial de 15% foi imposto pelo Governo (12 de Fevereiro de 1977). O segundo (2 de Junho de 1978) foi fixado a 20%. Começou o período das políticas de austeridade impostas pelo governo e o FMI.

4) 1980-1986. Destacam-se as condições de crise aberta, a diminuição rápida no investimento e na actividade económica. Os Governos, sobretudo do PS/PSD, acentuaram explicitamente as políticas de austeridade e de abertura ao Mercado Comum. Enquanto em 1982 o PNB ainda estava a subir por 3,5% por ano, a taxa caiu 0,3% em 1983 em termos reais, e mais 1,7% em 1984; e a procura interna caiu 7% em 1983 e 1984³¹. As falências de em-

presas aumentaram 28 % de 1982 para 1983, e 33 % de 1983 para 1984³². O salário real em 1983 e em 1984 caiu 6 % e 11 % respectivamente, estagnando em 1983³³. Os salários como proporção do rendimento nacional caíram até 50,2% em 1983³⁴. Segundo dados do Banco de Fomento, a inflação aumentou de 16,6% em 1980 para 29,3% em 1984³⁵. Neste período o desemprego atingiu 11% oficialmente. Apesar da descida da inflação de 19,3% em 1985 para 11,7% em 1986, 360 721 desempregados registaram-se nos Centros de Emprego em Setembro de 1986, o que significa um aumento de 4,61 % em relação a Setembro de 1985. Segundo o Instituto de Emprego e de Formação Profissional, apenas 25,7 % dos desempregados estavam a receber o subsídio do desemprego³⁶. Contudo, a CGTP-IN sustenta que só 14 % dos 501 000 desempregados em Março de 1986 de facto estavam a receber o subsídio³⁷. A situação do emprego tornou-se geralmente instável e precária no país ao ponto de muitas empresas cessarem de pagar os salários dos trabalhadores. No fim de 1986, o número total de trabalhadores contratados a prazo foi 470 000 ou seja 17 % sobre a população activa.³⁸ Nessa altura a CGTP-IN contava ainda 100 000 trabalhadores com salários em atraso³⁹.

A POLITIZAÇÃO/PARTIDARIZAÇÃO DO SINDICALISMO

Desde a revogação da lei da «unicidade sindical» e a transformação do movimento «Carta Aberta» na central sindical UGT, o sindicalismo português tem-se caracterizado cada vez mais pelo pluralismo competitivo ideológico e político. Considero que este fenómeno, sendo um subtipo da politização geral da sociedade portuguesa devido à incerteza criada pela ruptura revolucionária e a sua lenta estabilização, é um dos factores determinantes para a caracterização das relações industriais em Portugal.

Embora exista uma variedade de sindicatos independentes, os sindicatos portugueses são predominantemente filiados nas duas centrais — Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN) e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Em 1984, estavam filiados 208 sindicatos ou 60 % do total na CGTP, 48 ou 14 % na UGT, e 90 ou 26 % eram nominalmente independentes⁴⁰. A CGTP é exemplificativa do sindicalismo de classe, auto-identificando-se com o sindicalismo «de classe, de massas e democrático», que rejeita a limitação dos objectivos sindicais pelas relações industriais do capitalismo. Portanto, embora não se possa afirmar que todos os trabalhadores, pagando quotas aos sindicatos filiados na CGTP, se identifiquem cem por cento com as suas posições

oficiais, a maioria dos sindicatos e sindicalizados em Portugal participam num movimento cujos princípios desafiam relativamente a ordem capitalista. A UGT, central minoritária — mas em crescimento, identifica-se com uma perspectiva «democrática» que na prática se caracteriza por uma orientação reformista, com tendências «neocorporativistas» em relação ao Estado.

Contudo, seria errado tratar este assumido antagonismo ideológico como uma diferença entre um sindicalismo político — aquele que pretende desenvolver a consciência de classe — e um sindicalismo não político — aquele que visivelmente se abstém de utilizar a greve abertamente por objectivos imediatamente políticos, tanto quanto possível. *Ambas as confederações são o produto directo de luta política-partidária na esfera laboral*⁴¹.

O ritmo do desenvolvimento da politização do sindicalismo português é diferente dos outros casos, mesmo na Europa do Sul. Isto deve-se à recente luta sindical para a liberdade de organização e de expressão e ao processo revolucionário que dividiu fortemente sindicalistas e militantes quanto ao papel dos sindicatos no processo de democratização, e continuou a dividi-los quanto à estabilização dum sistema pluralista liberal, que a CGTP refere como «recuperação capitalista», isto é, um processo ofensivo constante.

O período do 25 de Abril de 1974 até o 25 de Novembro de 1975 caracteriza-se pela ofensiva e a expansão da acção operária. O sindicalismo, nesta altura quase exclusivamente identificado com a Intersindical Nacional, estava numa fase de organização e autodefinição, mas foi frequentemente ultrapassado por iniciativas de massa não institucionalizadas⁴². Contudo, a autodefinição sindical foi limitada pela intensidade da luta política para assegurar as posições de poder organizacional dentro do aparelho sindical novamente ocupado.

O subperíodo do 11 de Março de 1975 até o 25 de Novembro de 1975 caracterizou-se pelas tensões revolucionárias cujas consequências ainda hoje se fazem sentir. Neste período realizaram-se as nacionalizações e criou-se a situação propícia para a subsequente codificação dum conjunto de normas particularmente favorável aos sindicatos e à classe operária. Estas conquistas serão doravante referidas como as «vitórias» no discurso sindical dominante⁴³.

Neste período, a Intersindical estava apenas a estabelecer-se nas novas condições democráticas. Ao nível central, a ocupação das corporações e do aparelho sindical, consolidou a direcção dos activistas da luta democrática mas também reforçou a hegemonia do PCP nas posições organizacionais principais. A seguir ao golpe do 25 de Abril de 1974, muitos destes dirigentes apareceram como membros do PCP ou aderiram nessa altura porque viram a luta sindical como uma só das frentes numa luta de classe revolucionária liderada pelo PCP. Outros hesitaram até depois do 1.º Congresso da Intersindical (Junho de 1975) e não desafiaram o PCP porque as diferenças políticas gerais com a linha do PCP não tinham repercussões signifi-

cativas quanto ao sindicalismo. Houve também militantes da «extrema-esquerda» que subordinaram a actividade sindical à mobilização operária directa. Surgiu, portanto, uma certa atitude convergente entre aqueles que se preocuparam preferencialmente com a consolidação e a institucionalização sindical, e esta perspectiva foi compatível com a do PCP.

Neste período, a luta política pelo poder de Estado foi tão aguda que as associações civis ou económicas só dificilmente podiam resistir à sua instrumentalização. As lutas económicas e políticas não foram concebidas como práticas autónomas pelas forças hegemónicas; antes, a luta política apareceu como determinante dos resultados da própria luta económica. De facto, aqueles que na altura falavam da necessidade de libertar a luta económica dos entraves políticos frequentemente instrumentalizavam esta reivindicação numa luta política contra os partidos revolucionários presentes nos sindicatos.

O período do 25 de Novembro de 1975 até o Outono de 1978 caracterizou-se pela retirada e pelo reagrupamento do sindicalismo de classe; foi uma posição defensiva de maneira a preservar a *institucionalização* das «vitórias». A impressão de que o sindicalismo recuou nesta altura é só parcialmente correcta porque enquanto o sindicalismo ligado ao esforço da transformação socialista se retirava, uma nova tendência acumulava recursos políticos e organizacionais. Esta última encontrou a sua expressão à volta do movimento «Carta Aberta» que procurava «democratizar» o movimento sindical. Dum lado, encontramos a dominância organizacional do PCP sobre a Intersindical posta em causa por militantes ligados ao PS; doutro lado, uma perspectiva reformista e social-democrata estava a emergir, sobretudo nos sindicatos dos serviços. O resultado da luta política que se seguiu, cristalizou-se numa divisão ideológica e política com efeitos organizacionais irreversíveis.

O último período que será necessário identificar para esta análise data da fundação da UGT. O aparecimento da segunda confederação sindical, e a sua implantação como rival em empresas industriais, iniciou uma nova lógica de concorrência sindical.

Como se vê pelo relevo dado neste sumário, considera-se o primeiro período (1974-1975) como determinante no estabelecimento duma lógica política na direcção do desenvolvimento das centrais sindicais. Os sindicatos tornaram-se organizações-chave na realização de projectos radicalmente opostos para a sociedade portuguesa.

O SINDICALISMO POLÍTICO E A SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS

Além da incerteza económica e institucional e da instrumentalização partidária do sindicalismo, outros factores contribuem para a explicação das características específicas das relações industriais em Portugal. O im-

pacte dos hábitos corporativistas e das expectativas herdadas do antigo regime continuam a influenciar o papel desempenhado pelo Estado e exigido do Estado pelos parceiros sociais. Também factores estruturantes das relações industriais, como a legislação da contratação colectiva (o âmbito e a extensão das convenções estabelecidas ao nível de sectores e o conteúdo obrigatório das negociações bem como os prazos para a negociação) orientam numa forma significativa o comportamento dos parceiros sociais apesar das suas estratégias autónomas de classe. Para apreciar a influência de tais factores basta dar conta da importância atribuída pelos sindicatos ao ministério do Trabalho através da sua competência para estabelecer «Portarias de Extensão», e do apelo dos sindicatos à intervenção do ministério na resolução dos conflitos à volta da negociação colectiva⁴⁴. Também é necessário referir a maior aproximação da administração do trabalho do modelo normativo (sobretudo da OIT) enquanto que os comportamentos dos actores industriais não se modificam reciprocamente numa direcção compatível com o modelo. A negociação colectiva em que o modelo paradigmático assentava necessitou da disponibilidade prévia dos adversários de classes para fazer concessões de valor ao nível do local de trabalho, donde vem a ideia do compromisso de classe, a base da institucionalização dos conflitos de trabalho. Os sindicatos desmobilizaram-se da luta política no local do trabalho e o patronato aceitou a presença e, nalguns casos, a participação dos sindicatos nos assuntos da empresa. Não foi apenas ao nível central da consertação que a institucionalização se concretizou. Contudo, convém voltar atrás para aprofundar o problema posto pela evolução das relações industriais em Portugal.

Identifiquei o modelo paradigmático principalmente com a institucionalização da negociação colectiva quer ao nível da empresa ou sector, quer ao nível da consertação social situada sob a tutela do Governo, isto é, uma negociação bipartidária ou tripartidária. Todavia, a mera existência das instituições formais onde os parceiros e o Governo são encorajados a participar e, nalguns casos, legalmente obrigados a comparecer, não constitui um fenómeno suficientemente significativo para ser considerado como exemplo do modelo. É necessário agora acrescentar os critérios da institucionalização *qualitativa*, como o grau de legitimidade e de orientação efectiva das regras normativas no comportamento e nos objectivos dos actores, critérios estes que são efeitos derivados do compromisso de classe.

A politização, sobretudo no sentido da instrumentalização do sindicalismo nas lutas de classes, é um dos mais importantes obstáculos a um compromisso de ambas as partes, empregadores e empregados, para tratar os seus acordos como enquadramento da sua actuação laboral. Portanto, parte-se do princípio de que pode haver, como indica Touraine, institucionalização do movimento operário enquanto movimento social, sem o estabelecimento dum padrão previsível de relações de negociação entre os sindicatos e o patronato, e sem que se verifique assimilação dos acordos laborais formais nas estratégias económicas destes parceiros. A contradição

entre a institucionalização extensiva e qualitativa é em parte um resultado da oposição dum fracção do movimento sindical ao capitalismo e ao Estado.

Antes de concluir, é necessário constatar que o compromisso de classe (isto é, a desistência da mobilização política ao nível do local de trabalho) não é igual à exclusão das reivindicações qualitativas. O predomínio da reivindicação salarial pode sugerir que os sindicatos desistiram das reivindicações políticas ou qualitativas. Com efeito, a limitação da negociação a assuntos quantificáveis deveria teoricamente permitir a convergência de lógicas negociadoras. Deveríamos, então, antecipar o aparecimento de práticas de negociação mais em conformidade com as do modelo paradigmático. Mas as coisas não mudam tão simplesmente e a reivindicação salarial pode também significar uma recusa de negociar a participação no sistema das relações industriais.

Numa situação de pouca margem de negociação sobre a própria massa salarial, como em alturas de crise, a concentração sobre a negociação salarial pode paradoxalmente *aumentar* os conflitos e eventualmente criar pressões para a intervenção do Estado, impondo políticas de rendimentos, com tectos salariais e repressão limitada.

Foram estas as circunstâncias que conduziram ao aparecimento de formas corporativistas do Estado em vários países europeus. Contudo, a mesma tendência é a indicação mais evidente dum crescimento do «economicismo» sindical. O deslizar para um certo economicismo é precisamente um dos pressupostos do modelo paradigmático. Mas o fenómeno do economicismo pode ser uma manifestação da *incapacidade dum sindicalismo politizado de definir as reivindicações qualitativas dos trabalhadores dum modo que permita a sua aceitação pelo parceiro*. Face a essa incapacidade, a reivindicação salarial torna-se preponderante. O facto da negociação da revisão da tabela salarial se tornar o conteúdo predominante da negociação colectiva em Portugal na última década, e portanto, a importância de reivindicações salariais sindicais⁴⁵, não implica, como podíamos inferir da teoria sobre a negociação, uma maior institucionalização das relações industriais. Isto pode também demonstrar um desprezo pela negociação das condições imediatas do trabalho. Portanto, a aparência de jogar com propostas e contrapropostas salariais pode significar uma ignorância das verdadeiras regras do jogo da determinação do nível salarial num sistema capitalista, ou a *falta de experiência* na prática da negociação. Mas antes de mais o fluxo entre reivindicação qualitativa e quantitativa é só indicativo da tendência das relações industriais, em relação a um sistema previamente institucionalizado de resolução dos conflitos.

Esta análise aplica-se ao período que vai do fim dos anos 1960 até 1986. Até o 5.º Congresso Nacional da CGTP-IN (Maio-Junho, 1986), os momentos das lutas políticas e de classe tiveram mais influência nas relações industriais que a conjuntura do mercado de trabalho. O discurso público das centrais sindicais no período coberto por esta análise revela uma

lógica política consistente na *formulação* dos seus objectivos. Estes objectivos parecem menos determinados pela situação das empresas que por motivos ideológicos ou políticos derivados da prática de blocos políticos opostos (PCP/esquerda revolucionária e católica vs. PS/PSD). Mais uma vez, o nível *sectorial* e não empresarial da maior parte da negociação colectiva em Portugal pode influenciar a falta de profundidade dos objectivos. De certeza que o facto de as centrais não serem entidades envolvidas na negociação colectiva pode também explicar o grau de generalidade e a politização dos objectivos. Mas tanto ao nível das federações e dos sindicatos, como das centrais, as reivindicações industriais de base parecem entrar no discurso por um processo de filtragem através das perspectivas de dirigentes e delegados que se vêem sobretudo como representantes e militantes de partidos políticos. Com certeza que isto contribui para a tendência observada da parte de ambas as centrais sindicais em dirigir as suas reivindicações ao Estado em vez de às empresas⁴⁶.

O 5.º Congresso da CGTP-IN coincidiu com o princípio da estabilização política no país, a entrada na CEE, os salários em atraso e sobretudo os sucessos da UGT devido às negociações de viabilização de empresas, portanto, com o reconhecimento da falha, ou em termos menos pejorativos, do esgotamento duma estratégia única de mobilização política de classe. Considero este acontecimento como a demarcação dum período, não porque acredite nas especulações jornalísticas duma nova era de relações sindicais ou da desideologização da CGTP-IN a partir deste Congresso, mas porque a CGTP-IN se encontra numa situação, como aliás foi reconhecido no Congresso, de necessidade, talvez por *razões políticas de fundo*, de prestar mais atenção às regras estabelecidas no jogo da contratação colectiva. Isto não implica uma imediata apetência para o jogo. A UGT, na verdade, nunca teve grandes problemas com as regras importadas do modelo social-democrata. Portanto, o fundamental será a oportunidade que um jogo em curso dê às tendências para a institucionalização das relações industriais, mesmo que seja só no sentido de favorecer a iniciativa do patronato.

CONCLUSÃO

No contexto europeu, a manutenção da influência partidária, ou mais precisamente, da direcção partidária, no sindicalismo é um aspecto da especificidade das relações industriais em Portugal. As condições da luta contra a ditadura e a revolução que se seguiu à queda do regime articularam-se com outras características sociais (sobretudo aquelas que resultam numa fraca capacidade comunicativa autónoma da classe operária) de tal forma que os aparelhos partidários se tornaram veículos decisivos da representação de interesses. No contexto europeu, a similaridade consiste na demarcação sindical entre centrais «comunistas» e «não comunistas».

Contudo, o sindicalismo português tem uma certa originalidade, sobretudo nos seus efeitos nas relações industriais. Portanto, pode dizer-se que — dentro dos limites do período da análise — a especificidade do caso português consiste na *fraqueza dum espaço autónomo de contribuição sindical para a estruturação das relações industriais no local de trabalho*, isto é, a sobredeterminação do elemento político-partidário em relação ao sindicalismo.

Como na estruturação de qualquer instituição social não se deve concluir disto que com tempo não surgirá um âmbito autónomo de acção sindical. Possivelmente, a flexibilidade da relação sindicato/partido depende não só da conjuntura económica como da partidária, conforme demonstrou George Ross no caso da CGT francesa⁴⁷. Seja como for, *a caracterização das fronteiras entre as formas políticas e industriais na acção sindical deve ser o primeiro ponto na ordem de trabalhos da disciplina das relações industriais em Portugal*⁴⁸.

NOTAS

1 Por relações industriais entendo o ramo de investigação e intervenção oferecido nas universidades na maioria dos países industriais e que trata do conjunto de práticas e normas, ligando os empregadores e os gestores das organizações, os empregados, e as entidades públicas na regulamentação das relações colectivas do emprego. A sua aplicação não se limita ao emprego «industrial».

2 Anthony Giddens, *The Class Structure of the Advanced Societies* (Nova Iorque, Harper & Row, 1975), p. 202. Ver também Michael Mann, *Consciousness and Action Among the Western Working Class* (Londres, 1973).

3 José Reis, «Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura: Para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/16/17, Maio, 1985.

4 António Costa, «Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social inigualitário», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14.

5 António Mil-Homens, «Evolução da estrutura do emprego em Portugal após 1974», *Economia e Socialismo*, Nova Série n.º 63, Outubro-Dezembro, 1984.

6 *Diário de Notícias*, 16/2/87.

7 Esta observação empírica não deve implicar ao leitor uma valorização do modelo em questão. A politização acontece quando «o discurso ou o comportamento dum actor se situa em relação ao modo de apropriação, organização e exercício do poder político, ou em relação às maneiras em que... as 'políticas governamentais' são postas em efeito e os seus resultados». A definição vem de Bernard Solasse, citado em Dimitri Weiss, *Politique, partis et syndicats dans l'entreprise* (Paris: Editions d'Organisation, 1979, p. 22). Entretanto, a partidarização implica diferentes graus de instrumentalização do sindicalismo pelos partidos políticos e não deve ser confundida com a mera presença dos partidos através dos seus militantes. Os problemas da politização nas relações industriais não são de maneira nenhuma limitados ao caso português. Uma referência útil é a obra de Adolf Sturmthal, «Economic Development and the Labour Movement» in A. Ross (ed.), *Industrial Relations and Economic Development* (Londres, Macmillan, 1966) pp. 165-181; *Comparative Labor Movements: Ideological Roots and Institutional Development* (Belmont, Calif., Wadsworth, 1972); A. Sturmthal & J. Scoville (eds.), *The International Labour Movement in Transition* (Urbana, Il., Univer-

sity of Illinois Press, 1973); *Left of Center: European Labor Since World War II* (Urbana, University of Illinois Press, 1983). Ver também Bean, 1985, que infelizmente não faz nenhuma referência a Portugal.

⁸ Ralf Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Society* (Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1959).

⁹ Lewis Coser, *The Functions of Social Conflict* (Nova Iorque: Free Press, 1956); Clark Kerr, *Labor and Management in Industrial Society* (Garden City, Nova Iorque, Anchor Books, 1964); Robert Dubin, «Constructive aspects of industrial conflict», in A. Kornhauser, R. Dubin and A. Ross (eds), *Industrial Conflict* (Nova Iorque, McGraw Hill, 1954).

¹⁰ Seymour Martin Lipset, *Political Man* (Baltimore, Johns Hopkins Press, 1981, Expanded Edition).

¹¹ Para o modelo clássico do sindicalismo apolítico, ver Selig Perlman, *A Theory of the Labor Movement* (Filadélfia, Porcupine Press, 1979, Reprinted). Sobre a ausência do socialismo no movimento operário americano, ver Werner Sombart, *Why Is There No Socialism in the United States?* (Londres, Macmillan, 1976) and Seymour Martin Lipset, «Radicalism or Reformism: The Sources of Working-Class Politics», in *Consensus and Conflict, Essays in Political Sociology* (New Brunswick, New Jersey, Transaction Books, 1985). Para uma perspectiva comparativa, ver «Industrial Conflict and Consensus in the U. S. and Western Europe», in Benjamin Martin and Everett M. Kassalow, *Labor Relations in Advanced Industrial Societies, Issues & Problems* (Washington, D. C., Carnegie Endowment for International Peace, 1980).

¹² Com muita relevância para a aplicação deste modelo em Portugal, James Kurth, «Industrial Change and Political Change: A European Perspective», in D. Collier (ed) *The New Authoritarianism in Latin America* (Princeton, Princeton University Press, 1979), pp. 353-354, situou as suas implicações em relação aos ciclos de autoritarismo e democracia na Europa latina no contexto de fases de industrialização.

¹³ Para uma síntese crítica da sociologia da institucionalização dos conflitos, ver Richard Hyman, *Strikes* (Glasgow, Fontana-Collins, 1977, Second Edition).

¹⁴ John T. Dunlop, *Industrial Relations Systems* (Nova Iorque, Henry Holt, 1959).

¹⁵ H. A. Clegg, *The Changing System of Industrial Relations in Great Britain* (Oxford, Basil Blackwell, 1979), p. 5, chegou a afirmar uma quase-identidade entre os processos das relações industriais e a negociação colectiva: «[...] It so overshadows the other methods of regulation with which it is intertwined that the process of industrial relations is essentially a process of collective bargaining[...].» Jack Barbash, *The Elements of Industrial Relations* (Madison, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1984), p. 8, também defende a centralidade da negociação colectiva nas relações industriais: «The strategic element in comparing industrial relations is the extent to which collective bargaining by the bilateral parties, backed up by the strike, is a determining force in wages, hours, working conditions, and settlement of disputes.» Para o desenvolvimento mais exemplário do ponto de vista funcionalista, ver Clark Kerr, *Labor and Management in Industrial Society*, op. cit. Sobre a especificidade do modelo norte-americano, na discussão dos contratos com o modelo europeu, ver Derek C. Bok e John T. Dunlop, «Collective Bargaining in the United States: An Overview», in *Labor and the American Community* (Nova Iorque, Simon & Schuster, 1970), pp. 207-228. Sobre o corporativismo liberal, cf. Gerhard Lehbruch, «Liberal Corporatism and Party Government», in P. C. Schmitter & G. Lehbruch (eds) *Trends Toward Corporatist Intermediation* (Beverly Hills, Calif., Sage, 1979, pp. 147-184) «[...] liberal corporatism should not be confounded with simply more consultation and cooperation of government with organized interest groups which is, of course, common in all constitutional democracies with a highly developed capitalist economy. The distinguishing trait of liberal corporatism is a high degree of collaboration among these groups themselves in the shaping of economic policy.» p. 150. Ver também Leo Panitch, «The Development of Corporatism in Liberal Democracies» in *ibid.*, pp. 119-146.

¹⁶ Para Alain Lipietz, «La mondialisation de la crise generale du fordisme: 1967-1984», C. E. P. R. E. M. A. P., n.º 8413, Juin, 1984, como representante da escola de «regulação» francesa, a forma de regulação salarial constituída pelo modelo das relações industriais ba-

seado na negociação colectiva e o corporativismo liberal, insere-se num conjunto de formas institucionais da regulação monopolista: uma contratualização colectiva do salário directo, o Estado-Providência (segurança social + sistema de garantias dos desempregados), a proliferação do terciário, importantes modificações nas relações entre os bancos e as firmas industriais, e uma transformação muito importante no papel do Estado. p. 9.

¹⁷ Ver James O'Connor, *Accumulation Crisis* (Oxford, Basil Blackwell, 1984). O modelo baseia-se no reconhecimento dum trégua objectiva e prática estabelecida entre o patronato e a classe operária. Robert Boyer, «Rapport salarial, croissance et crise: une dialectique cachée», in R. Boyer (ed.), *La flexibilité du travail en Europe* (Paris, Editions Decouverte, 1986), p. 15, exprimiou assim dum maneira clara: «*Les conflits de l'après-Seconde Guerre mondiale aboutissent à un compromis de facto si ce n'est de jure: aux gestionnaires les choix concernant les méthodes de production, aux salariés une part des 'dividendes du progrès', c'est-à-dire des gains de productivité ainsi obtenus. Dès lors, la croissance du revenu salarial réel recroise celle des capacités de production du secteur de la consommation (biens durables associés au logement, automobile...) et appelle en retour un surcroît d'investissement qui mobilise les secteurs producteurs des biens d'équipement professionnels.*»

¹⁸ Adolf Sturmthal, *The International Labour Movement in Transition*, *op. cit.*, critica a posição histórica da Organização Internacional do Trabalho por ter unilateralmente seguido o modelo anglo-americano e a influência ideológica da «collective bargaining» como a orientação apropriada do movimento sindical. Ver Maria Alice Vieira Pereira Falcão, «A Administração do Trabalho face a contratação colectiva», *Cadernos Sindicais*, Fundação Oliveira Martins, n.º 7, 1985.

¹⁹ Adolf Sturmthal, «Economic Development and the Labour Movement», *op. cit.*

²⁰ Sobre os efeitos económicos e políticos da incerteza, ver Berger, Suzanne e Michael Fiore, *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies* (Cambridge, Cambridge University Press, 1980). Tão tarde como Abril, 1987, com a queda do primeiro Governo desde 1974 que tinha conseguido projectar uma imagem popular de estabilidade (apesar de ser minoritário!), os temas da influência da instabilidade política sobre o investimento e os papéis «manageriais» estavam omnipresentes no discurso das associações patronais. Ver as entrevistas com Ferraz da Costa, presidente da CIP, e José Ferraz, presidente da Associação Portuguesa de Management, *Diário de Notícias*, 27/4/87.

²¹ Mário Murteira, «Estado, crise e regulação na Europa do Sul (uma reflexão comparada sobre a experiência portuguesa)», *Análise Social*, XX, n.º 80, 1984, pp. 29-39. B. de Sousa Santos, «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso Português», *Análise Social*, vol. XXI, n.ºs 87/88/89, 1985.

²² Metodologicamente pode haver inúmeras definições dos períodos a distinguir. Tentou-se aqui identificar os períodos em termos de elementos significativamente influenciando a regulação das condições do emprego. Para uma periodização semelhante dum estudo de caso da indústria da construção naval, ver Marinús Pires de Lima, «Sistemas de Trabalho e Práticas Operárias Durante a Industrialização Capitalista em Portugal: o caso das indústrias navais (1910-1984)», in E. de Sousa Ferreira e W. C. Opello, Jr. (eds), *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984* (Lisboa, Teorema, 1985). Uwe Optenhogel e Alan Stole-roff, «The Logics of Politically Competing Trade Union Confederations in Portugal: 1974-1984», in *ibid.*, avançam uma outra periodização baseada nos acontecimentos políticos que influenciaram a direcção do sindicalismo português. Para uma periodização da evolução do sistema do emprego, perspectiva que tem muitas referências em comum com a perspectiva desta secção, ver Maria João Rodrigues, «O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos», *Análise Social*, vol. XXI, n.ºs 87/88/89, 1985.

²³ Sobre o corporativismo português, ver sobretudo M. de Lucena, *O Marcelismo* (Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976); H. J. Wiarda, *Corporatism and Development: The Portuguese Experience* (Amherst: The University of Massachusetts Press, 1977). M. L. Lima Santos et al., *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas* (Porto, Afrontamento, 1976), fazem referência a uma «estratégia tecnocrática». Ver também N. Poulantzas, *Crisis of the Dictatorships* (Londres, New Left Books, 1974) e J. Logan, «Democracy from Above: Limits to Change in Southern Europe», in G. Arrighi (ed), *Semi-Peripheral Development* (Beverly

Hills, Sage, 1985). O PCP trata este período em termos da acentuação e a consolidação do capitalismo monopolista do Estado e a sua articulação com a crise do fascismo.

²⁴ Mário Murteira, *op. cit.*, pp. 31-32.

²⁵ Sobre o Estado português neste período, ver Juan Mozzicafredo, «A Questão do Estado no Processo Político Português: 1974-1976», *Cadernos de Ciências Sociais*, Ano 1, n.º 2 (Dezembro), 1984.

²⁶ É irónico que quando a 2.ª edição da *Guia Prático do Trabalhador Português*, de Marcelo Curto, foi publicado no fim de Maio de 1974, era ainda necessário no seu prefácio sugerir a legalização da greve!

²⁷ J. Caupers e P. Magalhães, *Relações Colectivas de Trabalho* (Porto, Empresa Literária Fluminense, 1978), pp. 16-22.

²⁸ Lima Santos *et al.*, *op. cit.*

²⁹ M. Silva, «A repartição do rendimento em Portugal no pós-Abril 74», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/16/17 (Maio), 1985, p. 274.

³⁰ Ver B. de Sousa Santos, «A Crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14 (Novembro), 1984.

³¹ OCDE, *Portugal* (Paris, Études Economiques, 1986).

³² *Expresso*, Suplemento, 15 de Novembro de 1986.

³³ OCDE, *op. cit.*

³⁴ Manuela Silva, *op. cit.*, pp. 270-271, avançou com valores sobre o salário como parte do rendimento nacional 49,2% em 1973, um aumento importante até 54,6% e 64,7% em 1974 e 1975 respectivamente, depois uma descida para 63,8% em 1976 e a partir de 1977 um decréscimo rápido. Ela nota, bem com A. Mateus, «25 de Abril, transição política e crise económica: que desafios dez anos depois?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/16/17 (Maio), 1985, que este decréscimo na parte dos salários não implicou uma relação inversa para os lucros, dado o peso dos encargos financeiros.

³⁵ *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1987.

³⁶ *Diário de Notícias*, 15/1/87.

³⁷ *Diário de Notícias*, 21/10/86.

³⁸ *Diário de Notícias*, 23/3/87.

³⁹ *Diário de Notícias*, 20/11/86.

⁴⁰ Edite Padilha & Conceição Cerdeira, «Estrutura Sindical Portuguesa, 1933-1984», comunicação apresentada no ISCTE, no âmbito do Núcleo de Sociologia do Trabalho do CIES, 1986.

⁴¹ Num trabalho anterior, Uwe Optenhogel & Alan Stoleroff, *op. cit.*, demonstramos a validade duma periodização da evolução do sindicalismo português na base de momentos decisivos da luta política de classes e da luta organizacional para a sua liderança. A seguinte discussão retoma esta periodização.

⁴² Lima Santos *et al.*, *op. cit.*

⁴³ Para uma análise de conteúdo do discurso da CGTP-IN, ver V. Santana, *Discurso Sindical. Uma análise de imprensa: «O Alavanca»* (Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Coleção Estudos, 1986).

⁴⁴ Ver os artigos em *Cadernos Sindicais*, 7, 1985.

⁴⁵ Luisa Cristovam, *Conflitos de Trabalho em 1979 — Breve Análise Sociológica* (Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Coleção Estudos, 1982).

⁴⁶ Ver a distinção de Sturmfthal da tendência do desenvolvimento de dois tipos de sindicatos: aqueles que põem a ênfase principal sobre o processo de negociação e aqueles que exercem a sua força sobretudo ao nível de legislação e administração. Os sindicatos americanos e ingleses representam a primeira categoria; os de Europa continental a segunda. *Comparative Labor Movements...*, *op. cit.* A tendência para estratégias corporativistas ou protecionistas dos sindicatos de tipo americano e a tendência para os sindicatos continentais de encorajar acordos particulares de viabilização de empresas na base da flexibilização, faz esta observação de Sturmfthal parecer um bocado simplista.

⁴⁷ George Ross, *Workers and Communists in France, From Popular Front to Eurocommunism* (Berkeley, Univ. of California Press, 1982).